

**Helena Carreiras**

Ministra da Defesa Nacional

**Intervenção da Ministra da Defesa Nacional, Helena Carreiras, no âmbito da apreciação na especialidade do Orçamento do Estado para 2023**

Assembleia da República, Lisboa, 04 de novembro de 2022

Muito bom dia, Senhores Presidentes das Comissões de Orçamento e Finanças e da Defesa Nacional, Senhoras e Senhores Deputados. É um gosto poder estar aqui hoje convosco para vos apresentar o orçamento da Defesa Nacional para 2023.

Num contexto internacional volátil que continua fortemente marcado pela guerra da Rússia contra a Ucrânia, é mais do que nunca necessário adaptar as nossas Forças Armadas para responder aos enormes desafios deste novo cenário geoestratégico. O Orçamento da Defesa Nacional responde.

Com uma dotação global de 2 643,5 M€, este é o Orçamento mais alto desde 2010, crescendo 8,3% face à estimativa de execução em 2022.

Este aumento assegura **reforços orçamentais** particularmente relevantes em **três áreas que são centrais** para a ação da Defesa Nacional: assegura os compromissos internacionais assumidos

por Portugal; continua a investir no equipamento militar necessário para prosseguir as nossas missões vitais; e garante os melhores níveis de operacionalidade e interoperabilidade destes equipamentos.

Assim, este orçamento assegura, em primeiro lugar, o **cumprimento dos compromissos de Portugal no quadro da NATO, da União Europeia e das Nações Unidas** e no âmbito das iniciativas que mantemos com **outros espaços de interesse estratégico nacional**, nomeadamente, no **Atlântico**, como é o caso da **Missão Mar Aberto, ou em África**, para onde continuaremos a projetar uma parte importante das nossas Forças Nacionais Destacadas.

Neste orçamento, o contributo nacional para as **Forças Nacionais Destacadas é reforçado**. Ao valor de **73M€** alocado a esta rubrica juntar-se-á o montante que for necessário **para reforçar a presença nacional nas missões da NATO no flanco leste**. Isso já

aconteceu, aliás, este ano, em que o Orçamento da Defesa Nacional foi reforçado com 13M€ para sustentar a participação nacional nas missões *Enhanced Vigilance Activities* e *Very High Readiness Joint Task Force*. Este montante deverá também assegurar os custos da **participação nacional na Missão de Assistência Militar da União Europeia à Ucrânia**, recentemente aprovada, e para a qual Portugal contribuirá ativamente.

O Orçamento para 2023 reflete igualmente o aumento do contributo da Defesa Nacional para o **Mecanismo Europeu de Apoio à Paz**, para o qual Portugal contribuiu pela primeira vez este ano, bem como para os **fundos comuns da NATO** num montante total de **22M€**.

É de salientar que Portugal foi, em 2022, **também pela primeira vez**, um Estado implementador do MEAP, no âmbito das medidas de assistência a Moçambique no contexto da missão UE de treino no país, e que essa experiência certamente nos posicionará

favoravelmente para futuras oportunidades no âmbito deste mecanismo. Também no âmbito dos fundos NATO, este contributo reforça o nosso compromisso com a solidariedade transatlântica e permite-nos participar noutros programas e aceder a outras fontes de financiamento, em articulação com a nossa Base Tecnológica e Industrial de Defesa.

As duas outras áreas onde o orçamento da Defesa é reforçado dão continuidade ao **compromisso de modernização das forças armadas**, através de um contínuo investimento no equipamento necessário à nossa ação militar e de apoio às missões civis de emergência, bem como no essencial esforço de manutenção e reposição operacional destes equipamentos militares.

Assim, gostaria de destacar o reforço orçamental que vamos fazer, no valor de **20M€**, na **componente de operação e manutenção dos equipamentos das Forças Armadas**. Este é um sinal importante do compromisso deste governo com a

**modernização**, numa componente que tantas vezes aparece invocada como sendo uma área crítica que carece de financiamento. Como tal, garantiremos para 2023 um **aumento de 6,5%**, que será alocado, entre outros, à manutenção naval e à manutenção dos meios aéreos.

Paralelamente, a **Lei de Programação Militar** prossegue a trajetória de crescimento do investimento estabelecida em 2019, com uma dotação inscrita **de 375 M€**, representando um incremento de **20M€**, ou seja, um aumento de **5,6%**. A título de exemplo, destaco três importantes projetos programados para 2023: na Marinha, a modernização das fragatas da Classe Vasco da Gama; na Força Aérea, a entrega da primeira aeronave KC-390, e no Exército a entrega de 33 Viaturas Táticas Médias – de um total de 61 até 2026 – assim como a entrega de 47 Viaturas SIC-T, Equipadas com Sistemas de Informações e Comunicações Táticas.

Vale também a pena sublinhar que as dotações da Lei de Programação Militar poderão ainda ser ajustadas em alta, em função do projeto de lei de revisão que se encontra em trabalho no âmbito do Governo e que esperamos poder submeter ao Parlamento brevemente.

Outro aspeto que gostaria de destacar é o dos investimentos previstos na LPM para a **Ciberdefesa**, que totalizam 45.5M€ até 2030, e que estão devidamente enquadrados política e operacionalmente, quer pela recentemente aprovada **Estratégia Nacional de Ciberdefesa**, quer pelas alterações vertidas na **Lei de Defesa Nacional** que prevê a criação de um **órgão da Ciberdefesa no EMGFA**, constituindo-se este como um elemento-chave na estruturação da ação militar neste quarto domínio de operações.

Também no âmbito do **Plano de Recuperação e Resiliência**, os projetos da defesa contribuem para que as Forças Armadas possam cumprir cabalmente as suas missões, para que sejam um último garante eficaz da segurança e bem-estar da população e atuem como uma **reserva estratégica indispensável à resiliência do Estado face a emergências complexas**. No âmbito do PRR, os investimentos da Defesa perfazem um total de **182 M€** até 2025 e, incluem, entre outros, o desenvolvimento de uma Plataforma Naval Multifuncional, investimentos na Academia da Arsenal do Alfeite ou a aquisição de meios aéreos de combate a incêndios rurais.

Tenho, assim, a convicção de que, num contexto de enorme dificuldade e incerteza, resultante dos efeitos que ainda se fazem sentir da pandemia da COVID-19 e, agora, da guerra na Ucrânia, este é um orçamento que investe, que recupera défices e que posiciona as nossas Forças Armadas para acompanhar a



**inovação tecnológica e a renovação de meios em curso na Europa e na Aliança Atlântica. Este é um orçamento que consolida o nosso papel como parceiro de confiança na produção de segurança internacional. Este é um Orçamento de estabilidade e de responsabilidade, refletindo a importância que este Governo atribui à Defesa Nacional e que permite avançar com as prioridades estratégicas identificadas no Programa de Governo.**

Senhoras e Senhores deputados,

Para além destes que são os investimentos onde há um acréscimo orçamental, o Orçamento para 2023 assegura outras prioridades fundamentais da Defesa Nacional.

A primeira, e mais importante, é o compromisso com as **pessoas e com a valorização da carreira militar.**

Como sabem, o valor de despesas com pessoal no Orçamento para 2023 não reflete, ainda, a atualização salarial para a Administração Pública que está a ser trabalhada no seio do governo e que esperamos que possa vir a ter um impacto positivo para civis e militares da Defesa Nacional, **sobretudo** nas remunerações **mais baixas** na Tabela Remuneratória Única.

Sobre este tema, posso informar que as associações profissionais de militares foram convocadas para uma reunião conjunta com a Defesa Nacional e a Administração Pública no dia 8 de novembro, designadamente, a Associação de Oficiais das Forças Armadas; a Associação Nacional de Sargentos, a Associação de Praças, a Associação de Militares na Reserva e na Reforma; Associação Socio Profissional de Polícia Marítima; Associação Socio Profissional de Faroleiros, bem como a Associação de Polícias de Estabelecimentos de Marinha.

A par destas previsíveis atualizações salariais, a partir de 2023 iniciaremos uma avaliação com vista à adoção de medidas que resultem na valorização das carreiras na Defesa Nacional.

Também a **Ação Social Complementar**, essencial na assistência aos que mais precisam, tem sido reforçada de forma contínua nos últimos anos, contando com **9.6 M€** em 2023, valor que se mantém em linha com o do ano anterior. E pelo segundo ano consecutivo, as verbas a afetar à **ADM** são de **21M€**.

Na **Saúde Militar**, há a destacar a recente reconfiguração do **Laboratório Nacional do Medicamento**, que permitiu uma intervenção pública mais abrangente no setor do medicamento, para além das necessidades das Forças Armadas, e que se traduziu numa verba de cerca de **3M€** a ser assegurada pelo INFARMED e pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial.

Continuamos a implementar o **Estatuto do Antigo Combatente a bom ritmo**, através de um financiamento previsto de mais de

**30M€, que reverte também a favor dos Deficientes das Forças Armadas, desde as subvenções, aos transportes, ao apoio via ADM.**

Mas para além destas iniciativas com expressão específica no Orçamento do Estado, **continuaremos a reforçar e diversificar as medidas de recrutamento, retenção e transição dos militares** para a vida civil após o fim dos contratos, nomeadamente no âmbito da **revisão do Plano de Ação para a Profissionalização do Serviço Militar**. Até ao fim do ano apresentaremos um novo conjunto de medidas que estão a ser preparadas pela Comissão que constituí para o efeito, formada por representantes dos Ramos, do EMGFA e da DGRDN.

Senhoras e Senhores Deputados,

Como já disse, este orçamento assegura o papel de Portugal como um contribuinte para a segurança internacional, um papel cada vez mais importante e exigente ao serviço das Nações Unidas, da NATO e da União Europeia, a par de outros compromissos bilaterais e multilaterais. Não é coincidência que, pela primeira vez, Portugal assuma três comandos simultâneos de missões da União Europeia – a EUTM Moçambique, a EUTM RCA e a Força Naval da Operação Atalanta –, o que constitui um sinal de confiança evidente no nosso envolvimento ativo em prol da paz e segurança internacional, assim como na capacitação dos nossos parceiros.

Para este efeito, emiti a **Diretiva Ministerial para as Forças Nacionais Destacadas** para o biénio 2023-2024 que preconiza a combinação de todos os ativos e valências da Defesa Nacional e das Forças Armadas, com base numa perspetiva racionalizada,

coerente e holística da nossa ação, com menos dispersão e maior majoração em áreas prioritárias. Está também em curso a **revisão do Conceito Estratégico de Defesa Nacional**, onde serão refletidos os ajustamentos necessários na área da segurança e defesa para manter Portugal e os portugueses seguros. Os esforços adicionais a que a guerra na Ucrânia nos obriga, em termos militares e orçamentais, devem ser equilibrados com a necessidade de mantermos um envolvimento atento **noutras áreas de interesse nacional, com particular atenção a África e ao Atlântico.**

Para além da atuação das Forças Armadas, a **ação externa da Defesa Nacional** engloba outras dimensões igualmente relevantes para a segurança internacional, que esta proposta de orçamento acautela. No âmbito da **Cooperação no Domínio da Defesa**, estamos a implementar novos Programas-quadro com Cabo-Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Angola, e São Tomé e

Príncipe – estes últimos assinados já este ano – encontrando-se em negociação o Programa-Quadro com Timor-Leste. Estamos também a rever o **dispositivo de Adidos de Defesa** de modo que reflita melhor a necessária articulação entre a ação externa da Defesa e a política externa nacional.

Permitam-me ainda que destaque a **economia de Defesa**, como outra grande área a que o Governo atribui a maior importância. Podemos afirmar que o seu contributo para a economia portuguesa é, hoje, amplamente reconhecido por todos, pela sua crescente importância na criação de conhecimento e na produção de desenvolvimento tecnológico, na geração de maiores níveis de produtividade que se cifram, neste setor, 13% acima da média da economia portuguesa, ou no estímulo ao tecido produtivo nacional e ao crescimento das exportações.

Em suma, este é um **setor que gera valor, emprego qualificado, exportações, inovação, investigação, desenvolvimento e**

**conhecimento.** Assim, em 2023, e com base no novo Conceito Estratégico de Defesa Nacional, será revista a Estratégia de desenvolvimento da Base Tecnológica e Industrial de Defesa, no âmbito da qual se procurará continuar a fortalecer a participação em programas no âmbito da PESCO, do Fundo Europeu de Defesa, assim como do *Defence Innovation Accelerator for the North Atlantic* (DIANA) e do NATO Innovation Fund (NIF), bem como de outros programas cooperativos que se apresentem como uma mais-valia para a Defesa e para a economia.

Por fim, e quando estamos a rever a **Lei de Infraestruturas Militares**, merece destaque a **valorização e rentabilização do património da Defesa Nacional** que mantém neste orçamento a verba inscrita em 2022.

Em conclusão, senhores Presidentes, senhoras e senhores Deputados,

Este é um orçamento que:



- i) assegura os compromissos de Portugal na NATO e na UE face à guerra na Ucrânia;
- ii) reforça a componente de operação e manutenção dos equipamentos das Forças Armadas;
- iii) prossegue a trajetória de crescimento do investimento na LPM;
- iv) aposta nas pessoas e na valorização da carreira militar;
- v) mantém a política de reconhecimento e dignificação dos Antigos Combatentes e dos Deficientes Militares;  
e
- vi) assegura a valorização e rentabilização do património da Defesa Nacional.

Muito obrigada.